



TEXTO DIGITAL

Revista de Literatura, Linguística, Educação e Artes

Dispositivos de subjetividades: algoritmos nas redes de poder e informação*

Subjectivity dispositifs: algorithms in power and information networks

Jackson da Silva Medeiros^a

^a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil - jackson.medeiros@ufrgs.br

Palavras-chave:

Dispositivo.
Subjetividade. Poder.
Algoritmo. Rede.

Keywords:

Dispositif.
Subjectivity. Power.
Algorithm. Network.

Resumo: O trabalho busca lançar mão de um esboço que permita análise sobre a produção, a circulação e o consumo de redes de comunicação dominadas/denominadas por algoritmos, em especial referente aos efeitos dessas redes na (re)configuração da subjetividade digital. Para tal, busca em Michel Foucault, a partir da noção de economia política da verdade, e em Gilles Deleuze e Félix Guattari, com a noção de rizoma, a caracterização das dimensões que materializam a rede de dispositivos de sociedades de controle.

Abstract: The work seeks to make use of an outline that allows analysis of the production, circulation, and consumption of communication networks dominated/called by algorithms, especially regarding the effects of these networks on the (re)configuration of digital subjectivity. To this end, it seeks in Michel Foucault, from the notion of the political economy of truth, and in Gilles Deleuze and Félix Guattari, with the notion of the rhizome, to characterize the dimensions that materialize the network of devices of control societies.

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Também conta com fomento do CNPq (Processo 431367/2016-7).



Dimensões iniciais: caminho da rede-rizoma

Este trabalho é parte de um estudo, amplo senso, que busca elementos sobre as dimensões das subjetividades nas relações entre poder e informação. Enquadra-se, de forma estrita, no estudo analítico sobre a produção, a circulação e o consumo de informação a partir de tecnologias de comunicação dominadas/denominadas por algoritmos, debruçando-se sobre os efeitos dessas redes de ideias, conceitos, teorias, percepções e, até mesmo, intuições que (re)configuram a subjetividade digital e que se baseiam em micropolíticas (discursivas).

O trabalho se propõe a explorar uma compreensão da subjetividade, tomando por base autores que esquadriham a desconstrução de categorias fixas de entendimento da sociedade. Está baseado na experiência como ação reflexiva de entendimento do mundo e das estruturas que o governam. Aqui se encontra um ponto-chave, como levantado por Foucault em diversas ocasiões: o poder se espalha quanto mais invisível for; sua capacidade de estabelecer relações, arregimentar e definir estruturas, como modos de pensar, agir, comportar etc. é potencializada quando não se percebe o poder, quando não se enxerga sua atuação. Em vista disso, o estudo e a análise dos efeitos de aspectos sociais se coloca como pauta importante, já que a própria naturalização das coisas é uma forma de esconder as relações/intenções que estão colocadas.

Indo ao encontro de Foucault em *A ordem do discurso* (2014), sua aula inaugural no Collège de France, os discursos são mantidos sob aparatos de produção e de circulação que o controlam. Sua existência se dá a partir das relações de poder que agem nas próprias produção e circulação, apoiada em um circuito da economia política da verdade¹, isto é, daquilo que se encontra “no verdadeiro”, o qual é conduzido por regras impostas por uma “polícia discursiva”.

Pensando em uma sociedade atual, e utilizando uma noção de Zygmunt Bauman (2001), podemos dizer que passamos, na pós-modernidade, de uma sociedade sólida, onde a trajetória de vida, e até mesmo de pensamento, de alguém já se apresentava como definida a trilhar, para uma era líquida, em constante transformação, onde a economia, a

¹ Podemos entender a economia política da verdade como uma economia política do discurso. Para mais, verificar obras de Michel Foucault.

tecnologia, os afetos e, principalmente, os sujeitos, reconfiguram-se constantemente. Esta reconfiguração, compreendemos, está colocada nas relações de produção e circulação a partir da atuação do neoliberalismo que são sustentadas, dentre outras maneiras, pelas tecnologias de comunicação; atuação exercida sobre/a partir de dispositivos que possibilitam certo tipo de controle e que, para além de controlar, incitam o consumo.

Devemos observar, nesse sentido, a atuação do neoliberalismo e como isso conforma as subjetividades orientadas por discursividades; como isso afeta as relações que percorrem a sociedade. Dardot e Laval (2016) apontam que as discussões sobre o neoliberalismo se estendem por diversos ramos porque influem na sociedade e na reconfiguração de subjetividades em diversos aspectos: político, em relação à conquista de poder; econômico, com o crescimento do capitalismo global; social, através da polarização e da individualização; e subjetivo, analisando a construção de um novo sujeito e de suas patologias em torno desse objeto.

Para compreender subjetividade atualmente, partimos de interseções sobre as relações neoliberais, as quais compreendem mercado e Estado, e as relações tecnológicas digitais que se colocam na esteira da informação. Entendemos que esses dispositivos se colocam em um “projeto central da política do capitalismo [que] consiste na articulação de fluxos econômicos, tecnológicos e sociais com a produção da subjetividade de tal maneira que a economia política se mostre idêntica à ‘economia subjetiva’” (LAZZARATO, 2014, p. 14). Ou seja, a subjetividade neoliberal não se coloca no mercado ou no Estado propriamente ditos, mas precisa de uma subjetividade criada, continuada que deve estar presente no sujeito. Aquela que possibilita a criação do espaço e do sujeito de interesse. É, em outros termos, discursiva.

As relações do neoliberalismo e da informação se dão porque a positividade incitada se manifesta pelo “excesso de estímulos, informações e impulsos” (HAN, 2015, p. 31), causando exploração do sujeito pelo próprio sujeito através da sua própria abertura a todas possibilidades informacionais, em um movimento de flexibilidade que possibilita o consumo de tudo. Como Han (2015) ainda adverte, provém da não hesitação da máquina; uma rede de fluxo constante que se aproveita de sujeitos dotados de capacidade hiperprodutiva.

Apontamos, assim, para nossa discussão buscando um aparato teórico e conceitual que suporte a compreensão das plataformas digitais de controle a partir da apresentação de suas características enquanto dispositivos algorítmicos. É importante dizer que essas características não necessariamente estão ou são sobrepostas, não são contínuas e podem ser vistas de formas separadas, aparecendo ou sendo analisadas de maneira independente para diferentes dispositivos.

Nossa visão segue elementos do rizoma, como apresentado por Deleuze e Guattari (2012), no que se refere à (i) conexão e (ii) heterogeneidade, não apresentando uma ordem e podendo ter um ponto ligado a outro a partir de qualquer lugar; à (iii) multiplicidade, dado que os pontos levantados não são elencados em ordem ou por preferência ou, ainda, por destaque, mas compõem dispositivos em sua formação discursiva pela visualização de suas possíveis conexões; à (iv) ruptura assignificante, onde a territorialidade, a desterritorialidade e a reterritorialidade atuam em constante construção e desconstrução, permitindo ruptura dos elementos (conceitos, ideias, aplicações etc.) sem que o sentido seja perdido; à (v) cartografia e à decalcomania, não sendo comparável a modelos estruturados e fechados, reiterando os anteriores.

Ao utilizarmos nosso elenco com base no rizoma, assumimos a existência de saberes múltiplos que se ordenam e desordenam de maneira contínua, possibilitando, além da interligação, um processo de criação de novos componentes que destes derivam, sem que os antecessores sejam pivotais em relação aos novos gerados. Isso gera n possibilidades de interconectar micropolíticas, como buscamos apresentar em Medeiros (2019).

Tratamos, assim, “do modelo que não para de se erigir e de se entranhar, e do processo que não para de se alongar, de romper-se e de retomar” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 42), permitindo constituir redes de dimensões (tanto no sentido de tamanho quanto na compreensão dos elementos) variadas. Seguindo Norbert Elias (1994), as redes são relações de fios (ou raízes) que se conectam e se percebe os modos como se ligam, como se tencionam ou promovem alterações na própria rede, estando em “constante movimento, como um tecer e destecer ininterrupto das ligações” (ELIAS, 1994, p. 35).

Estamos tratando de conexões, de dimensões que podem ser construídas, (re)arranjadas, enfim, toda uma gama de atividades que compõem sua mobilização, como “uma estrutura de interconexão instável, composta de elementos em interação, e cuja variabilidade

obedece a alguma regra de funcionamento” (MUSSO, 2004, p. 31). Isso pode ser descrito em três níveis, de acordo com o autor (2004, p. 32): “em seu ser, ela é uma estrutura composta de elementos em interação; em sua dinâmica, ela é uma estrutura de interconexão instável e transitória; e em sua relação com um sistema complexo, ela é uma estrutura escondida cuja dinâmica supõe-se explicar o funcionamento do sistema visível”.

As redes tornaram-se ao mesmo tempo uma espécie de paradigma e de personagem principal das mudanças em curso justo no momento em que as tecnologias de comunicação e de informação passaram a exercer um papel estruturante na nova ordem mundial. A sociedade, o capital, o mercado, o trabalho, a arte, a guerra são, hoje, definidos em termos de rede. Nada parece escapar às redes, nem mesmo o espaço, o tempo e a subjetividade. (PARENTE, 2007, p. 101).

Queremos com isso não descartar qualquer aspecto a ser levantado e admitir que novos elementos podem ser elencados em outros momentos, ou mesmo removidos, promovendo configurações montáveis com a finalidade de construção das subjetividades que proporcionam a criação e (re)configuração do sujeito no mundo. Essa maneira de enxergar possibilita que não se crie um modelo – a própria utilização do rizoma não nos permite isso – mas formas de enxergar como se dão as atuações dos dispositivos que estamos tratando.

Por que olhar o ambiente digital?

Potencializados pela penetração das tecnologias digitais em nossas vidas, assistimos a uma reconfiguração dos modos de existência. As tecnologias digitais de comunicação, carregando uma quantidade de informação que se acumula a cada dia, tornam-se pervasivas e ubíquas, afetando as mais variadas esferas da sociedade, alterando as atividades de mediação, as quais interferem na relação do saber.

A própria necessidade informacional coloca o sujeito em relação com as disposições que lhe são apresentadas, visto que sua necessidade parte de si, mas também é oriunda de uma série de disposições sociais e do sistema que acessa, o que o coloca em constante relação de subjetivação com os meios/campos em que atua. Compreende um processo complexo, ainda mais a partir da alta utilização de tecnologias digitais de comunicação e da grande oferta de informação, fazendo com que a experiência com informação não se dê por um instinto unicamente próprio do sujeito, mas por uma instituição do sujeito enquanto

sujeito, isto é, pela alocação dos acontecimentos que produzem um sujeito. Concordando com Oksala (2011, p. 23), “o sujeito não é uma fonte autônoma e transparente de saber – é constituído em redes de práticas sociais que sempre incorporam relações de poder e exclusões”.

Nesse bojo, a internet surgiu como grande meio de comunicação das últimas décadas, com promessas de informação livre, acessível. Sua popularização apenas alavancou esse processo, trazendo, principalmente a partir de meados da primeira década dos anos 2000, a participação ativa de pessoas à colaboração na rede. Não mais haveria necessidade de ser um dono de jornal ou revista para que suas opiniões e modos de enxergar o mundo fossem expostas. Sujeitos com variadas experiências e modos de compreender ações sociais, políticas, econômicas, culturais, estéticas etc. começaram a formar corpo, encarregando-se de alimentar sistemas que, devido ao seu alto alcance, são capazes de distribuir essas informações a centenas, milhares, milhões de pessoas.

O que acontece agora é um *boom* do que chamamos “informação ordinária”. Não mais o monopólio da notícia, da narrativa jornalística, do saber científico é conhecido. Há opiniões, modos de perceber, ações que são pautadas pelos interesses das pessoas ordinárias, que não se guiam necessariamente pelo jornalismo, pelos métodos científicos e seus preceitos, mas por formas de coleta e comunicação variadas, como blogs, vídeos, comunicadores instantâneos, plataformas digitais em geral, como as chamadas redes sociais, atingindo uma grande massa que passa a assimilar discursos e a se agregar aos elementos que compõem opiniões e que, em geral, condizem com as suas percepções de vida.

Tomando essa premissa, todos são potenciais produtores de conteúdo, de informação. Esse advento, para além de um certo tipo de democratização do acesso e da produção, despeja na rede petabytes² de dados, informações que não se trata, exclusivamente, de informação científica ou jornalística – ainda que possam assim se caracterizar ou se utilizar de elementos destas como forma de subsidiar o conteúdo produzido –, mas de informações características de pontos de vista, opiniões, sentimentos, afetos, percepções, interesses etc. em assuntos variados, como política, saúde, moda, estética, economia, cultura, esportes etc. A agregação dessas informações em grandes bases de dados permite

² 1 petabyte equivale a 10¹⁵ bytes de informação digital.

manipulação e distribuição organizada a partir do que as máquinas, os algoritmos são capazes de estabelecer como relevante.

A questão que intervém nesse processo é que encarar o ciberespaço, atualmente, apenas como um universo de redes sociais e comunicadores P2P, principalmente quando falamos de plataformas de comunicação, pode não permitir compreensão da estrutura que se coloca no controle da comunicação e da informação. Entendemos que conseguimos melhor assimilação se notarmos campos de disputas em que se colocam disposições, vontades, interesses, opiniões etc. de forma desigual entre os sujeitos, tanto naqueles que são potenciais produtores quanto, principalmente, nos consumidores dessas informações.

Buscando aclarar o momento, existem duas perspectivas que nos interessam aqui, sem excluir possibilidades que possam ser vislumbradas: a primeira está ligada à composição de discursos que se situam nas plataformas de comunicação. Entendemos que as plataformas não têm capacidade de produzir discursos, mas há, subjacente a elas, algoritmos que controlam, coletam, manipulam e distribuem os discursos que criam subjetividades.

A segunda, pensa que as plataformas digitais de comunicação se situam com suporte no neoliberalismo, baseando-se nas informações que são capazes de controlar sobre, por exemplo, comportamento e capacidade de consumo, agindo como parasitas. São dispositivos que permitem, em seu espaço de manifestação, atividades que fomentam sua sistemática de controle: coleta, armazenamento, manipulação e disseminação de atividades políticas, sejam econômicas, sociais, ética, estéticas etc.

Como sabemos, existe uma indispensabilidade de estar presente nas redes, uma demonstração da necessidade de estar sempre conectado, sempre ativo, sempre capaz de fornecer informações sobre opiniões, fatos, imagens, vídeos, que permitam agregar dados que, depois de manipulados, sejam capazes de fomentar, por exemplo, o marketing e o fornecimento de informações direcionadas. Dessa forma, os códigos (algoritmos) atuam como lei (LESSIG, 2006), já que, a partir de especificações em nível de software que se situam entre o *quê* (lógica) e o *como* (controle), classificam o conhecimento a ser utilizado na solução de problemas e determinam estratégias de solução de problemas por meio das quais esse conhecimento é usado (KOWALSKI, 1979). Isso permite, como observa Silveira (2016, p. 19), “estruturas de agenciamento de dados e de formulação de

estratégias para a atração de atenção e modulação de comportamentos [que] são fundamentais para o capitalismo informacional”.

Chenney-Lippold (2011, p. 166) alerta que isso se sustenta por uma

arquitetura [...] para estruturar as fronteiras, bem como regular os fluxos de tráfego na internet [... sendo] parte de um relacionamento dinâmico com o mundo real, que pode ‘automática e continuamente’ afetar as chances de vida oferecidas aos usuários com base em uma lógica programada pré-configurada, mas também reflexiva.

A problemática disso gira em torno, por exemplo, de elementos que geram classificações de sujeitos, fomentando seleções e diferenças, criando perfis em categorias de consumo, mapeando raças, gêneros etc. Isso é uma clara capacidade dos algoritmos de formar, controlar, homogeneizar um sistema de relações subjetivas para transformá-lo em um sistema de seriação objetivo, determinando valores e criando subjetividades com base nos interesses daqueles que têm o poder de controlar a informação.

Em analogia com o filme *Uma odisseia no espaço*, Vogt (2018) diz que o algoritmo é um monólito, “uma caixa [que] dita o comportamento insólito do ser previsível que está em gestação”. Ora, dois aspectos ficam latentes, de acordo com Introna (2015): o primeiro se refere a que o escrutínio desta caixa(-preta), mesmo com a possibilidade de se auditar milhares de linhas de código, seria, no mínimo, infrutífero; o segundo aspecto mostra que mesmo uma análise acurada se concentraria em apenas uma camada superficial do dispositivo.

Em cima desses elementos, ainda podemos pensar que esses códigos, esses algoritmos têm capacidades que vão além da previsão, mas são capazes de moldar um mundo a ser apresentado, trabalhado e difundido a partir de aspectos políticos, culturais, sociais, éticos, estéticos, econômicos etc., fabricando um sujeito. O código escrito seria apenas uma ínfima parte daquilo que ele pode associar, montar, desmontar, estabelecer conexões; a rede formada vai além do algoritmo em sua estrutura.

Essas conexões se estabelecem, com efeito, a partir de um discurso que é naturalizado, fundamentado na capacidade neoliberal em que a propensão a pensar economicamente (seja no mercado financeiro diretamente, seja em uma economia política) está atrelada a um conjunto discursivo que se coloca no aparato jurídico-político e ideológico. Cai por

terra um dos aspectos que as plataformas digitais de comunicação propalam, a neutralidade. Esta espécie de confiança de uma possível relação direta entre produtores e consumidores de informações torna-se rasa, desaparece, visto que o algoritmo implícito à plataforma é capaz de controlar, dispondo elementos que modulem de uso do (ciber)espaço.

Colocado de outro modo, os algoritmos definem e delineiam as liberdades dos sujeitos no ciberespaço, sendo construídos de maneira constante, isto é, alicerçados em criação humana e com aprendizado de máquina são capazes de realizar interações com os sujeitos, formando-os. Isso mantém caráter determinístico sobre *o que, como, onde, quando e para quem* algo se torna acessível ou restrito.

Pensar o ambiente digital, o ciberespaço, mas também as formas dos acontecimentos da vida de maneira geral, despertam um sinal da capacidade dos dados e de sua coleta, seu armazenamento e sua manipulação agirem sobre e em sujeitos enredados em plataformas digitais de comunicação que se baseiam em uma sistemática neoliberal. Isso se torna, inclusive, condição de participação no processo: fornecer dados para que uma sociabilidade seja construída e, por consequência, para que o sujeito seja fabricado.

Sociedades de dispositivos, redes de controle

Pensando em problematizar as relações de poder no ciberespaço, entendemos que estas são apresentadas através de redes de dimensões variadas e que (com)formam experiências. Entendemos que as sociedades de controle estão baseadas em dispositivos que são capazes de orientar a experiência através do governo para incitação de uma lógica que resulta na criação de novas formas neoliberais de verdade que fabricam os sujeitos.

Foucault (2012, p. 52) nos parece claro quando trata das maneiras com que a verdade se posiciona e como ganha terreno de atuação:

Em nossas sociedades, a ‘economia política’ da verdade tem cinco características historicamente importantes: a ‘verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida

sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ‘ideológicas’).

Essa ideia de economia política da verdade apresentada pelo francês proporciona um norte que pode ser tomado como guia para uma rede de pensamento em torno da sociedade de controle e como isso se orienta nas relações de poder, informação e tecnologia. (Re)Configura-se a subjetividade humana principalmente a partir de características do neoliberalismo e da atuação das redes de comunicação e suas massas de informação – sempre ideológicas.

Essa é uma construção de uma época, de um tempo, não se constituindo de verdades universais, acompanhando a ideia de objetos e de fenômenos com constituição histórico-discursiva. Essas experiências designam os artefatos, digitais ou não, que se moldam como dispositivos a partir de novas formas de produção de sentido, gerando formas de experiências discursivas, epistemológicas, afetivas, estéticas, sociais, políticas, éticas etc. Em certa medida, isso funda o conhecimento humano, o saber, o processo social de construção da experiência.

Concordamos com Foucault (1988, p. 471) ao apontar a relação entre experiência e uma história de discursos verdadeiros, ou seja, “com discursos que retificam e corrigem a si mesmos, e que realizam todo um trabalho de autodesenvolvimento governado pela tarefa de ‘contar a verdade’”. Isso possibilita enxergarmos um ajustamento entre o pensar e o agir, entre o teórico e prático, entre as construções políticas que afetam e são afetadas por sistemas de regulação, ou, podemos dizer, pelas redes que produzem subjetividades.

Essas redes são compostas por dispositivos, que são, como destaca Bussolini (2010), ferramentas de análise e compreensão das relações de forças que estão em movimento e em embate em um campo social, atuando diretamente na formação do sujeito. Chignola (2014, p. 10) complementa: “cada dispositivo representa o posicionamento mútuo de forças”, fazendo com que sua formação seja contextual e com constituição própria, dada por relações em série, sendo o sujeito também um dispositivo que se conecta a outros dispositivos, agindo e fazendo agir.

Uma vez que dispositivos extrapolam o indivíduo, possibilitam enxergar o campo social com perspectiva espaço-temporal, isto é, contextualizada através

de sua perspectiva institucionalizante e institucionalizada em que as ligações formam o coletivo, ilustrando as vias que esses ocupam. Os dispositivos se constituem, na realidade, como as próprias regulações de critérios que devem ser vistos como verdadeiros. [...] As ações que são instauradas pelos dispositivos não podem ser consideradas ao acaso, por eventualidades, mas devem ser pensadas pela razão justificada do regime de verdade. Constituir uma nova ordem das coisas é criar um novo regime que esteja validado e reconhecido pelo regime atual. Há de se passar por uma alteração de sentidos daqueles que cercam o regime para que o novo seja o atual³. (MEDEIROS, 2017, p. 167-174).

Isso faz emergir, atualmente, um regime de verdade baseado em dados – seu armazenamento, manipulação e retroalimentação – que permite ordenar, hierarquizar e conduzir em determinada lógica (STRIPHAS, 2015). Isso mantém capacidade de limitar, permitir, oferecer, incitar, conduzir, controlar o fluxo informacional em uma relação direta com as situações dos fatos/acontecimentos sociais, podendo causar, inclusive, uma remodelagem que organiza objetivamente os aspectos mais subjetivos, traçando verdades baseadas nas regras do dispositivo.

Nesse contexto, as plataformas digitais de comunicação podem ser vistas – e pensadas – como a cristalização desses dispositivos; são a materialização das condições de existência dos sujeitos, permitindo “que os indivíduos [... sejam] levados a reconhecer-se como sujeitos” (FOUCAULT, 2012, p. 10). Por isso enxergamos as plataformas digitais de comunicação da informação como dispositivos de controle, possibilitando analisar a rede de relações de discursos, as proposições morais e filosóficas que se engendram a partir do dito e do não-dito, trazendo a lume as redes de racionalidade com base em uma formação que responde a uma urgência para estabelecer um caráter dominante sobre a experiência.

Deleuze (1988, p. 120) assume que “toda experiência está presa em relações de poder”. Ao adotarmos a ideia para a constituição da rede, no caso das plataformas digitais de comunicação, admitimos que o poder afeta e constitui o sujeito e suas formas de experiência. Na mesma toada, as redes de comunicação e as relações que suscitam estão subordinadas a essas questões, havendo uma limitação na ordem da capacidade das redes, sendo regidas pelo ambiente neoliberal.

³ Para uma compreensão ampliada do que compreendemos por dispositivo na sua relação com informação, ver MEDEIROS (2017).

Lazzarato (2006) afirma que as relações de poder nas sociedades de controle são construídas a distância, pela capacidade tecnológica de afetar, atuando pela emergência de cooperação entre cérebros, por potentes dispositivos tecnológicos e por processos de subjetivação derivados. Se o ciberespaço é o principal dispositivo para/da sociedade de controle, principalmente pensando nas plataformas digitais de comunicação, é importante compreender que elas “não apenas medeiam o discurso público: elas o constituem” (GILLESPIE, 2018, p. 199).

As sociedades de controle se colocam a partir da experiência em constante construção, mantendo um processo de subjetivação constante que evolui em paralelo aos seus dispositivos, fabricada a partir de/fabricando formas que o mundo (se) apresenta e do modo como é possível interagir com ele. Para Deleuze (2013), nas sociedades de controle os dispositivos não se estruturam pela rigidez, mas por formas sutis de estabelecer a positivação em espaços que não estão ligados ao confinamento, mas, pelo contrário, à liberdade, enfrentando as liberações e as sujeições. Isso tem o mesmo sentido de dizer que, para além da rigidez, para além da disciplinarização forçada, sua essência é calcada na produtividade constante.

Essa não rigidez de limitadores, no entanto, apresenta espaços em constante controle. Podemos compreender isso pensando na própria forma como a *internet* proporciona sua navegabilidade, com os sujeitos transitando constantemente entre espaços que mantêm regras autodefinidas, sendo estas responsáveis por “concentrar; distribuir no espaço; ordenar no tempo; compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares” (DELEUZE, 2013, p. 223).

Seguindo com Deleuze, isso ocorre pela modulação que, em suma, promove a variação do alcance daquilo que pode ou não ser visto ou acessado. É um controle daquilo que é discursivo a partir da manipulação de dados, ou melhor, de sujeitos reduzidos a dados, como individuais; divisíveis e aglomerados em bases de dados com lógicas construídas para incitação do corpo e do modo como ele se propõe a ser o acontecimento do mundo. Isso cria, como observa Bucher (2018, p. 4), uma espécie de “sociabilidade programada”: processos onde “atores são articulados dentro e através de meios computacionais de agregação e organização que sempre incorporam certas normas e valores sobre o mundo social”

Ocorre um tipo de condicionante governado por outras instâncias; submissão de discursos e saberes às lógicas computacionais e mercadológicas em processo de regulação de escolhas. Os discursos podem ser sistematicamente estabelecidos por sistemas tecnológicos que, ajustados a partir de algoritmos, interferem no comportamento, organização, expressão social etc., fazendo com que seja necessário questionar e compreender os algoritmos dentro das plataformas de comunicação, pois estas funcionam como ecossistemas, onde entidades – humanas ou não – atuam de maneira contínua, armazenando, manipulando e disseminando informações que compreendem formas políticas que se colocam sob sombras, de maneira opaca.

os dispositivos de experiência são discursivos a partir da sua capacidade de agenciar, fazer circular e produzir sentidos de comunicação em espaços e tempos próprios. [...] Os efeitos produzidos estão em constante movimento, criando um fluir de identidades, acontecimentos, perspectivas etc. que só podem ser analisados se percebemos suas relações. (MEDEIROS, 2019, p. 34).

Nesse sentido, aliamos-nos a Han (2015; 2018) quando, a partir da compreensão da relação da tecnologia–neoliberalismo, admite a existência de uma violência social latente que ultrapassa o controle e a disciplina. Esta, baseada em positividade, uma extrema capacidade de produção do ser humano, atua como violência neuronal fundando mais produção, possibilitando que “o controle trabalhe em níveis muito além do alcance do individualismo liberal, situando os sujeitos dentro de redes de poder que governam indiretamente e sem proximidade” (CHENEY-LIPPOLD, 2011, p. 176).

Pensamos, dessa forma, que as ações de conhecer, as ações que definem as condições de experiência da informação são capazes de induzir, positivar, propagar; mais do que isso, são hábeis na disposição de condutas sociais, políticas, econômicas, éticas, culturais etc. Em nosso caso, podemos dizer que o interesse, em especial, recai sobre o que podemos entender como uma (re)conformação das experiências a partir das plataformas digitais de comunicação que fabricam o sujeito, tornando fundamental problematizar os limites, ou suas inexistências, a partir das informações disponíveis nas redes (digitais ou não) na construção de subjetividades.

Atuação dos algoritmos como dispositivos construtores de subjetividade: um esboço de dimensões das redes

Com base na ideia de economia política da verdade, em Foucault, e da concepção de rizoma, em Deleuze e Guattari, entendemos que existem dimensões constituintes, neste momento, de apontamentos que cobrem um possível entendimento da construção da rede do sujeito digital. É fundamental lembrar que não cabe definir qual o dispositivo de poder é mais importante, qual deve ser utilizado, qual detém mais ou menos poder. Importa, sim, destacar sua mobilização a partir das dimensões que constituem os algoritmos como dispositivos que agem produzindo subjetividade, fabricando o sujeito.

Para isso, faz sentido examinarmos os dispositivos algorítmicos a partir de três dimensões aproximadas aqui esboçadas e que possibilitam observar conexões e desconexões na rede: (i) epistemológica; (ii) cognitiva; e (iii) regulativa. Entendemos que estas, ainda que não exaustivas, propiciam traçar aspectos que se colocam como disposições da/em rede a partir de um conjunto de aspectos que permite compreender a colocação dos dispositivos de algoritmos nas plataformas digitais de comunicação.

A dimensão **epistemológica** está situada a partir de uma economia do saber, isto é, na forma do discurso, principalmente científico e tecnológico, que se coloca de anteparo a qualquer explicação do próprio aparato. É importante compreender que este elemento pode albergar situações que estão ligadas às instituições e suas institucionalizações, caracterizadas por gerar e manter aspectos políticos, sociais, econômicos, éticos, estéticos etc. que os sujeitos apr(e)endem como a ordenação de mundo, agindo como gerador do sujeito que gera o mundo.

Mantém relação com o consumo do discurso situado como verdadeiro, calcado, atualmente, no neoliberalismo como coordenador das incitações políticas e econômicas. É produzido e posto a circular, seguindo uma ordem dominante, a partir de controles sutis que permitem construir e formatar o sujeito produtivo, positivado, constante consumidor, baseado em liberdade, desejo, prazer.

A dimensão epistemológica se emaranha com a dimensão **cognitiva**, a qual se coloca como um conjunto de disposições mentais que fornecem razões gerais que permitem interpretar a realidade com base naquilo que se estruturou como ordenação lógica da epistemologia compartilhada. Ou seja, atua como mapa de percepções das considerações que os sujeitos devem realizar, situando o sujeito no quadro desejado pelo dispositivo.

Diferentemente do aspecto epistemológico, o qual atua por meio do saber, o cognitivo já é aquilo que está no sujeito, já é o mapa formado e que as crises, as rupturas agem como reafirmação do que lhe foi fornecido e é constituído. Consiste em determinada crença também na neutralidade do dispositivo, já que isso lhe foi fornecido como disposição.

Esse quadro (epistemológico e cognitivo) mantém a eficácia por se posicionar como uma estrutura internalizada a partir da atuação do dispositivo e que passa a considerar determinados comportamentos, valores e pesos como naturais, criando um espaço de disposições aceitas como perenes, adequando, estabelecendo parâmetros. Indo por esse caminho, compreendemos que isso age inconscientemente em agenciamentos pela cultura disposta, com suas “linhas de articulação ou segmentariedade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 18).

A dimensão **regulativa** existe pelos preceitos que permitem condicionar, estabelecer que os sujeitos se posicionem dentro do espectro que lhes é conferido. Esta dimensão é complementar à cognitiva, visto que enquanto a cognitiva se posiciona a partir de disposições interiorizadas, o aspecto regulativo estabelece estritamente essas regras a partir do acionamento da lógica de construção do algoritmo, fazendo com que o espaço imposto ao sujeito não possa ser transpassado, mantendo acionadas as regras de controle, em uma espécie de norma. Aqui quem regula são as instituições, as quais formulam e estabelecem as regras delimitadoras legais desse processo.

Tomando a ideia, já exposta por Lawrence Lessig (código é lei), é oportuno asseverar que essas leis, essas regulações não se mostram claras quanto aos seus aspectos epistemológicos. Qual o limite? O que é mostrado? O que é escondido? Como se ordenam? Entre tantas outras perguntas que podem se estabelecer. Não existe uma anarquia, mas um controle. Há certo tipo de obscurantismo que não é revelado, mas é imposto pela lei dos códigos, uma espécie de regulabilidade (*regulability*) que se dá pelo código (LESSIG, 2006), em uma estrutura orientada por instruções lógicas (*o quê*) e de controle (controle) instituídas por dominantes que comandam os dispositivos.

Esperamos deixar claro que, quando falamos de regulação algorítmica, estamos lidando com um aparato que foge apenas ao que é formalmente legalizado em termos jurídicos, mas nem por isso atuam de maneira menos coercitiva e controladora. Pode ser

considerado, também dessa forma, um aparato de exclusão, limitando as liberdades de diversos sujeitos, inclusive os fabricando.

Dessa forma sintética e tomando por base as ideias de Foucault, Deleuze e Guattari, podemos considerar que toda e qualquer experiência – em nosso caso no ciberespaço e que resulta na construção de subjetividades – se dá a partir das relações de poder que a atravessam, constituindo-se em um processo sem fim, uma construção constante de subjetividades que não se ordenam, mas são capazes de movimentar a construção, deslocamento, reconstrução e destruição contínuas em seu aparato rizomático.

A experiência se articula a partir, através e como efeito das relações de poder e saber dos dispositivos que fabricam o sujeito. Dispositivo e experiência são conceitos que se coordenam na busca daquilo que é o disposto, a cristalização das micropolíticas dos poderes-saberes, uma elucidação das condições de existência do ser, do saber e do poder, que produzem o sujeito. (MEDEIROS, 2019, p. 30).

Essa formação, como buscamos esclarecer, não nasce do abstrato ou abstrata permanece. Pelo contrário, estrutura-se em relações espaciais, temporais, objetivas e subjetivas que são estabelecidas por relações de poder. Esboçar essa rede de produção de efeitos sobre os sujeitos, o pensar e o agir, é escrutinar as micropolíticas que cercam a construção da subjetividade.

Dessa maneira é importante que compreendamos a variedade de mecanismos que operam e suas construções teóricas, conceituais, cognitivas, metodológicas etc. que se aglutinam para formação dessas redes, não pensando a partir de eixos – pois inexitem neste sentido –, mas nas dimensões, nos elementos que as compõem e nos efeitos na construção do sujeito. A demarcação que buscamos construir, longe de se situar a partir de uma centralidade de elementos, “não depende aqui de análises teóricas que impliquem universais, mas de uma pragmática que compõe as multiplicidades ou conjuntos de intensidades” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 33).

Isso permite analisar um recorte, não a estrutura completa, pois o rizoma não se completa, mas se fabrica, se constrói e se recompõe a partir de elementos que vão aparecendo, apagando ou se reorganizando. Seu recorte permite que se compreenda as dimensões do momento, as constituições dos dispositivos que se inserem na analítica.

Esperamos fazer ecoar, sustentados por Parente (2007), as manifestações que refletir sobre as redes não está preso a pensar uma sistemática da própria rede, mas em acompanhar as manifestações, os processos, as crises, as tensões que se colocam nas dimensões. Talvez isso faça perceber que a comunicação e a informação são fundamentos e permitam, para uma compreensão do mundo político e social, “como certas visões de mundo se impõem e se tornam dominantes, como nos apegamos às coisas, aos procedimentos, a certos comportamentos” (PARENTE, 2007, p. 104).

O rizoma nos permite compreender que as políticas dos algoritmos são, ao mesmo tempo, o insumo, o processo e o resultado das relações de poder das micropolíticas. Dessa forma, concentram-se em não dispor um modelo hierárquico de elementos, sejam éticos, econômicos, sociais, técnicos, estéticos, epistemológicos etc., mas, sim, uma composição plana de dimensões que são traçadas a criar um emaranhado, uma tessitura única do que é analisado.

Este estudo está em desenvolvimento, como uma rede. Estamos à procura de teorias, conceitos e métodos que possam fazer parte das suas dimensões, das suas linhas de fuga, dos movimentos, das conexões e das desconexões, agregando elementos de áreas diversas. Estamos em construção.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BUCHER, T. *If...then: algorithmic power and politics*. New York: Oxford University Press, 2018.

BUSSOLINI, J. What is a dispositive? *Foucault Studies*, n. 10, p. 85-107, nov. 2010.

CHENEY-LIPPOLD, J. A New Algorithmic Identity: Soft Biopolitics and the Modulation of Control. *Theory, Culture & Society*, v. 28, n. 6, p. 164-181, 2011.

CHIGNOLA, S. Sobre o dispositivo: Foucault, Agamben, Deleuze. *Cadernos IHU ideias*, ano 12, n. 214, v. 12, p. 3-18, 2014.

- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, G. ¿Que és un dispositivo? *In: DELEUZE, G. Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *In: DELEUZE, G. Conversações*. 3. ed. São Paulo. Ed. 34, 2013.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2: v. 1*. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2011.
- ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.
- GILLESPIE, T. Platforms are not intermediaries. *2 GEO. L. TECH. REV.*, v. 198, p. 198-216, 2018.
- HAN, B.-C. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.
- HAN, B.-C. *Sociedade do cansaço*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- INTRONA, L. D. Algorithms, Governance, and Governmentality: On Governing Academic Writing. *Science, Technology, & Human Values*, v. 41, n. 1, p. 17-49, 2015.
- LAZZARATO, M. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LAZZARATO, M. *Signos, Máquinas, Subjetividades*. São Paulo: SESC; n-1 edições, 2014.
- LESSIG, L. *Code: version 2.0*. New York: Basic Books, 2006.
- MEDEIROS, J. Compreensões sobre o dispositivo: da informação à via para profanação. *Informação & Informação*, v. 22, n. 3, p. 158-177, set./out. 2017.

MEDEIROS, J. S. Subjetividades digitais: micropolíticas info-comunicacionais e uma introdução programática. *Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends*, v. 13, n. 2, p. 26-35, 2019.

MUSSO, P. A filosofia da rede. In: PARENTE, A. (org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SILVEIRA, S. A. Economia da intrusão e modulação na internet. *Liinc em Revista*, v. 12, n. 1, p. 17-24, maio 2016.

STRIPHAS, T. Algorithmic culture. *European Journal of Cultural Studies*, v. 18, n. 4-5, p. 395-412, 2015.

VOGT, C. Algoritmos, monolitos. *ComCiência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. Dossiê Algoritmos, n. 204, dez. 2018/fev. 2019.

NOTAS DE AUTORIA

Jackson da Silva Medeiros (jackson.medeiros@ufrgs.br) Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Como citar este artigo de acordo com as normas da revista?

MEDEIROS, Jackson da Silva. Dispositivos de subjetividades: algoritmos nas redes de poder e informação. *Texto Digital*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 105-123, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Também conta com fomento do CNPq (Processo 431367/2016-7).

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em: 12/04/2020.

Aprovado em: 14/05/2020.